

ISSN 1022-4057

Português

English

Español



# ECONOMIC ANALYSIS OF LAW REVIEW

**abde**  
Associação Brasileira  
de Direito e Economia

 Universidade  
Católica de Brasília

  
EDITORA  
**universa**

[www.ealr.com.br](http://www.ealr.com.br)

# Economic Analysis of Law Review

## O Procedimento de Escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – uma análise empírica

Maria Fernanda Jaloretto  
*Universidade de Brasília*

Bernardo Pinheiro Machado Mueller  
*Universidade de Brasília*

---

### RESUMO

A independência judiciária é considerada uma característica extremamente importante do Poder Judiciário. No Brasil, diversos institutos foram estabelecidos de modo a garantir a independência formal do Judiciário. Contudo, o método de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal é considerado uma possibilidade de ingerência dos Poderes Executivo e Legislativo sobre as decisões dessa Corte. O presente estudo visa, assim, fazer uma verificação empírica relacionada a este método de escolha, por meio da análise dos votos dos ministros dessa corte em diversos casos. Os resultados mostram que o método utilizado não compromete as decisões do Supremo Tribunal Federal.

**Palavras-chave:** Independência do Poder Judiciário, Suprema Corte, Método de escolha dos Ministros do STF, Análise estatística de votos.

**JEL:** K10.

### ABSTRACT

Judicial independence is considered an extremely important characteristic of the Judicial Branch. In Brazil, several institutes were established in order to assure formal judicial independence. However, there is the possibility that the nomination procedure for Brazil's Supreme Court may allow interference from the Executive and Legislative Branch over this Court's decisions. The present study intends to make an empirical verification concerning this method of choice, through the analysis of the court members' votes in several cases. The results show that the method used does not jeopardizes the decisions of Brazil's Supreme Court.

**Key words:** Judicial Independence, Supreme Court, Method of choice of the members of STF, Statistical analysis of votes.

## 1. Introdução

**C**onsiderando-se a independência judiciária enquanto ausência de influência dos demais Poderes Estatais sobre as decisões do Poder Judiciário, tem-se que o atual método de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pode comprometê-la. A escolha dos ministros deste tribunal, por meio da livre indicação presidencial, assegura um mecanismo de possível ingerência dos Poderes Executivo e Legislativo sobre a mais alta Corte do Poder Judiciário.

Contudo, as existentes críticas quanto a este método se limitam ao aspecto teórico, configurando, assim, a relevância de uma análise de cunho empírico sobre a questão. O presente trabalho objetiva justamente preencher essa lacuna existente, por meio de uma análise estatística das decisões da Corte e dos votos de cada um de seus ministros, durante o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (Lula).

O primeiro tópico faz considerações acerca dos aspectos teóricos da questão dentro do panorama da independência judiciária formal do Brasil, enquanto o segundo apresenta os dados e a metodologia utilizados durante a pesquisa. O terceiro, por fim, se ocupa de expor e analisar os resultados encontrados, dentre os quais se destacam o elevado número de decisões do STF sem a presença de divergência entre os votos e a falta de evidência empírica de que o método de escolha dos ministros influencia as decisões da Corte.

## 2. Da independência formal no Brasil

A independência em relação aos demais Poderes é uma das características fundamentais do Poder Judiciário. Conforme destaca Moraes (2008:496) “*É preciso um órgão independente e imparcial para velar pela observância da Constituição e garantidor da ordem na estrutura governamental.*”

Diante da relevância do tema, diversas Constituições asseguraram garantias formais à independência judiciária. No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 é uma das que mais se destacam neste aspecto, de acordo com Clève (1993:38) “*talvez não exista Judiciário no mundo que, na dimensão unicamente normativa, possua grau de independência superior do que àquela constitucionalmente assegurada à Justiça Brasileira.*”

Dentre as garantias previstas na Constituição de 1988, destacam-se as contidas nos artigos 96 e 99, sendo que o primeiro atribui ao Poder Judiciário a competência para se auto-organizar e o segundo lhe a autonomia administrativa e financeira. Quanto às garantias dos membros do Judiciário, destacam-se as previstas no artigo 95: a vitaliciedade, inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídios.

Entretanto, é também no âmbito formal que está assegurado um mecanismo de possível ingerência dos demais Poderes sobre o Poder Judiciário. Conforme o artigo 101 da atual Constituição Federal, o STF é composto por onze ministros, indicados livremente pelo chefe do Poder Executivo e sabatinados pelo Senado Federal:

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Para a melhor compreensão do tema, faz-se necessária a observação de que a origem do constitucionalismo brasileiro remete ao constitucionalismo norte-americano, de modo que alguns institutos presentes na organização daquele país se repetem na organização brasileira. O principal destes é justamente o método de escolha dos ministros da Suprema Corte. Nos Estados Unidos, esta é composta por nove ministros também indicados pelo Presidente e sabatinados pelo Senado, contudo o processo é caracterizado justamente pelo cunho político da indicação.

Lá, embora o processo formal de escolha pareça *a priori* extremamente simples, ele se traduz num complexo processo político “*marcado por disputas entre as grandes forças político-partidárias dominantes na democracia norte-americana.*” (Duarte & Godinho, 2007:50). De acordo com Baum (1987), o Presidente, ao efetuar sua decisão, leva em conta requisitos de competência e ética dos candidatos, preferências políticas, recompensa a associados políticos e busca de futuro apoio político.

No Brasil, essa influência política na decisão não é de maneira alguma considerada clara como acontece nos Estados Unidos, devido principalmente à inércia do Senado e da população quanto à nomeação dos candidatos. “*Contudo, ao contrário do que ocorre com o modelo brasileiro, a aprovação dos nomes dos ministros pelo Senado não se dá por mero ato formal.*” (Chaves, 2009:66). A sabatina dos senadores americanos possui também um cunho político e ideológico.

O fato de a sabatina no Brasil ser considerada mera formalidade não implica que as preferências do Senado quanto à escolha dos candidatos sejam irrelevantes no processo. Snyder & Weingast (2000) argumentam que nos EUA o Executivo já considera estrategicamente as preferências e reações do Congresso quando faz suas nomeações, de modo que raramente ocorre um veto. No caso Brasileiro a mesma dinâmica prevalece. As próprias instituições políticas brasileiras facilitam ao Executivo conseguir uma aprovação do Senado. Neste caso, entretanto, a sabatina do Senado tem um cunho político explícito.

O Presidente da Suprema Corte norte americana também é nomeado pelo Presidente da República, nesta posição permanecendo até sua aposentadoria, que não ocorre compulsoriamente aos 70 anos como ocorre no Brasil, onde se adota um sistema de rodízio para os presidentes da Corte. Outro mecanismo adotado no Brasil é a inalterabilidade do número de ministros do STF, pois se trata de cláusula pétrea da Constituição.

No caso dos Estados Unidos, Moraes (2008) conta um episódio de efetiva influência na Corte quanto a este último aspecto. Durante o governo do Presidente Roosevelt, a Corte julgou inconstitucional duas leis que atendiam interesses do governo quanto ao programa do New Deal. O presidente quis aprovar então uma legislação que adicionasse juízes à Corte, permitindo que o Poder Executivo pudesse nomear mais juízes favoráveis aos seus programas. Com o objetivo de resguardar a sua independência, a Corte mudou seu posicionamento atendendo aos interesses do governo.

Desta forma, verifica-se que as influências políticas sobre a Suprema Corte norte americana estão efetivamente presentes e são muito claras. Esse fato acaba por reduzir sua independência e a do Poder Judiciário como organização, uma vez que as decisões da Suprema Corte têm maior influência sobre as demais cortes do país e, também, a organização judiciária norte americana dá ensejo a essa maior dependência. Algumas considerações devem ser feitas quanto a estes aspectos para fins de comparação com o sistema brasileiro.

Primeiramente, as decisões da Suprema Corte americana devem ser seguidas pelas cortes inferiores, devido ao instituto do *stare decisis* e à própria forma do sistema judiciário, que segue o modelo do *Common Law*, baseado essencialmente na jurisprudência das cortes, ou seja, nas decisões anteriormente tomadas. O Brasil segue o modelo do *Civil Law*, extremamente mais legalista.

Segundo, a jurisprudência do STF pode vincular os demais tribunais, caso haja edição de súmulas vinculantes, inseridas no sistema constitucional a partir do ano de 2004. Entretanto, até o presente momento, este instituto pertence somente ao STF, que possui competência menos abrangente do que a existente na Suprema Corte americana. De acordo com Castro Júnior (2004), esta última possui competência para julgar os recursos das cortes estaduais e federais, assim como conflitos com base na Constituição Federal, em leis federais ou tratados.

Assim, ao contrário do STF, que possui competência para julgar somente leis ou recursos com base na Constituição Federal, a Suprema Corte americana possui maior abrangência nas suas decisões. Chaves (2009:68) afirma: “*Nos Estados Unidos não se conta com nada equivalente ao Superior Tribunal de Justiça, uma vez que todos os assuntos constitucionais e questões referentes às leis ordinárias federais são julgados pela Suprema Corte.*”

Desta maneira, faz-se necessária uma análise mais precisa quanto ao método de escolha dos ministros do STF, se há efetivamente a presença de influência nas decisões e, assim, se a independência do Poder Judiciário se encontra comprometida ou não. Um posicionamento interessante considera essa influência uma característica do método de freios e contrapesos entre os Poderes governamentais, principalmente no caso da Suprema Corte americana, conforme Duarte & Godinho (2007).

Contudo, Moraes (2008:540) considera este posicionamento, mas conclui pela necessidade de alteração deste método:

Entendemos que alterações na forma de investidura dos membros do STF seriam importantes para a preservação de sua legitimidade e a ampliação de sua independência e imparcialidade, tornando-o, efetivamente, um dos órgãos de direção do Estado.

Gomes (1997:179) também critica a composição do STF:

Como se vê, é o sistema da “cooptação”, muito criticado porque dá ensejo a uma possível ingerência política nos destinos da Justiça. Se de um lado não se vislumbra razão para se sustentar o concurso público, como meio de seleção dos juízes da Corte Suprema, de outro, tampouco pode-se concordar com a forma atual, retrógrada, ultrapassada e típica dos regimes autoritários.

Importante destacar que a crítica ao método de escolha ocorre quando se considera o STF como sendo o órgão de cúpula do Poder Judiciário e não como Corte Constitucional, como acontece em alguns países em que esta é composta por representantes dos três Poderes. Tal consideração decorre especialmente da própria Constituição Federal, que aborda sobre este tribunal no capítulo referente ao Poder Judiciário.

Além disso, a Constituição Federal, particularmente no que tange aos direitos fundamentais, consiste na base de todas as leis do país. As decisões do STF, sendo na modalidade vinculante ou não, exercem extrema influência sobre as decisões das demais cortes e dos juízes singulares. Portanto, qualquer ingerência sobre este, por menor que seja, é capaz de comprometer a independência de toda a organização. Conforme Oliveira (2000:280):

Vê-se, então, que a cúpula da organização judiciária sofre ingerência direta dos chefes do Executivo. Não-raras vezes essa distorção – porquanto constitui um verdadeiro atentado ao regime democrático e um contra-senso relativamente ao princípio da separação de poderes – influencia sobremaneira a composição dessas Cortes. Conseqüentemente, em razão da estrutura rigidamente hierarquizada dos Tribunais, que subjugam os juízes de primeiro grau às orientações advindas do escalão superior, todo o Poder Judiciário indiretamente se submete ao Poder Executivo.

Entretanto, conforme mencionado, a influência dos demais Poderes sobre as decisões do STF não é clara como ocorre no caso da Suprema Corte norte-americana, de modo que as críticas ao método de escolha dos ministros se limitam ao campo teórico ou à discussão da independência formal no Brasil.

Houve, na atualidade, uma mudança significativa na composição do STF. Esta era anteriormente composta por ministros indicados por diferentes presidentes. Agora ela é caracterizada pelo fato da indicação da maioria de seus ministros ter sido realizada pelo mesmo Presidente. Considerando essa mudança e a evolução da composição da Corte, criou-se um experimento natural que permite testar empiricamente se o procedimento de nomeação de juízes da Suprema Corte afeta a independência do Poder Judiciário.

### 3. Dados e Metodologia

Com o objetivo de analisar o impacto do método de escolha dos ministros do STF sobre a independência do Judiciário, procedeu-se à análise de decisões já proferidas por essa Corte, avaliando-se tanto o resultado final dos julgamentos quanto os votos de cada um dos ministros. Decisões estas proferidas em plenário, isto é, quando todos os onze ministros estão presentes.

A Constituição Federal delega ao STF a competência para julgar ações de natureza diversas. Entre estas, optou-se pela análise das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) por diversos motivos, dentre os quais vale destacar: o objetivo de controle constitucional, intuito da Corte, os legitimados para a sua propositura e a alta incidência desta modalidade de ação, o que possibilita uma ampla base de dados. Trata-se de um critério escolhido para a realização da pesquisa. A análise ideal envolveria todos os tipos de ações julgadas pelo STF, aprofundamento este que fica para uma extensão do trabalho.

Efetivou-se, assim, uma pesquisa na jurisprudência do STF disponível na página eletrônica do tribunal, das ações diretas de inconstitucionalidade julgadas durante o período do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), pois este foi o responsável pelo maior número de nomeações para essa Corte, na atualidade.

Três aspectos são passíveis de análise nas ações em questão para o fim pretendido: a presença de divergência ou consenso entre os ministros durante o julgamento da ação, o resultado final e os votos de cada ministro especificamente. Dois tipos de metodologias estatísticas foram utilizados: uma análise descritiva dos dados e uma análise por meio da realização de um teste de hipóteses.

Dado o propósito do trabalho, a composição da Corte e a origem da nomeação de cada um dos ministros é de extrema relevância. Tanto que se iniciou a análise por meio da divisão do período de tempo a ser estudado em seis períodos diferentes. Cada um desses correspondia a uma composição diferenciada da Corte, sendo que um novo período tinha seu início com uma mudança na composição desta.

A comparação desses períodos quanto aos aspectos do resultado final da ação e a presença ou não de divergência dos ministros na votação foi objeto da análise descritiva dos dados. Já para o estudo mais aprofundado quanto à indicação presidencial em si foi necessário observar os votos dos ministros em cada ação e proceder à divisão dos ministros em dois grupos, o primeiro contendo aqueles indicados pelo Presidente Lula e o segundo contendo aqueles indicados pelos demais Presidentes.

Quanto à efetiva coleta dos dados em relação ao voto de cada ministro em cada uma das ações, considerou-se o descrito no extrato de ata dos processos, presente no final destes. Trata-se de

um resumo que contém os ministros presentes no julgamento assim como seus votos finais e o resultado da ação. Esta pode, em termos de julgamento de mérito, ser considerada procedente, improcedente ou ainda parcialmente procedente.

As ações julgadas procedentes são aquelas em que a lei em questão é considerada contrária à Constituição Federal e que, assim, deverá ser retirada do ordenamento jurídico em vigor. O contrário ocorre no caso das ações julgadas improcedentes. Já as ações parcialmente procedentes são um intermediário entre as duas opções, julgando a ação procedente somente quanto a alguns artigos ou aspectos.

Como a intenção é a análise da divergência dos votos e não do mérito dos mesmos, às ações julgadas apenas quanto a aspectos formais também foram atribuídas votos de decisões de mérito. Por exemplo, votos não conhecendo da ação ou a julgando prejudicada também foram considerados improcedentes. Outro critério utilizado foi o de que, nos casos em que a ação discutia questões formais e de mérito, levou-se em consideração somente a questão de mérito e, nos casos em que havia mais de um conflito de mérito, optou-se por escolher o caso com maior divergência.

Dessa forma, visando gerar uma série de dados para cada um dos grupos, atribuiu-se o valor zero aos votos que julgavam as ações improcedentes e valor um aos que as julgavam procedentes. Quanto às ações parcialmente procedentes, adotou-se um critério objetivando manter ao máximo o nível de divergência entre os votos.

Quando a controvérsia ocorria entre votos parcialmente procedentes e votos improcedentes, os primeiros foram considerados como procedentes. Já quando o conflito era entre votos parcialmente procedentes e procedentes, os primeiros foram considerados como improcedentes. Já quanto aos casos em que a divergência era entre os três tipos diferentes de votos, por serem poucos casos na amostra total, somente 2,1% das ações, adotou-se uma aproximação.

Se, neste último caso, a maioria dos votos era improcedente, os votos parcialmente procedentes foram considerados como procedentes, para enfatizar a divergência ocorrida. No caso contrário, estes foram considerados como improcedentes. Se, contudo, a maioria dos votos era parcialmente procedente, observa-se a segunda maior frequência dos votos, se esta for os votos improcedentes, os procedentes também serão considerados como improcedentes e os parcialmente procedentes como procedentes. Aproximação foi utilizada também no caso contrário.

Assim, separou-se os votos de cada grupo das ações de cada um dos períodos e calculou-se sua média. Desconsiderando os dados do primeiro período, no qual só há a presença de um dos grupos, pode-se agrupar os dados dos demais períodos, gerando duas séries estatísticas, cada uma correspondendo a um grupo e passível de ser comparada a outra, para análise de se a indicação presidencial constitui fator de influência ou não sobre as decisões.

Para tanto, fez-se uso de um teste t para a comparação das médias em cada um dos casos. Sejam  $\mu_1$  a média dos votos do grupo dos indicados pelo Presidente Lula em cada caso e  $\mu_2$  a média dos votos do grupo dos indicados pelos demais presidentes em cada caso. A hipótese nula do teste é  $H_0: \mu_1 = \mu_2$  e a hipótese alternativa  $H_a: \mu_1 \neq \mu_2$ .

A aplicação deste teste estatístico permite verificar se as médias de cada um dos grupos são parecidas ou significativamente diferentes para cada ação analisada. Considerando o grupo 1 como sendo dos indicados pelo Presidente Lula e o grupo 2 como dos indicados pelos demais presidentes, sejam  $\mu_1$ ,  $\mu_2$ ,  $s_1^2$  a variância dos votos do grupo 1 em cada ação e  $s_2^2$  a variância dos votos do grupo 2 em cada ação,  $n_1$  o número ministros do grupo 1 presentes na seção em que a ação foi julgada e  $n_2$  o número de ministros do grupo 2 presentes na mesma seção, tem-se que a estatística t para cada caso será calculada da seguinte forma:

$$t = \frac{\mu_1 - \mu_2}{\sqrt{\left(\frac{s_1^2}{n_1}\right) + \left(\frac{s_2^2}{n_2}\right)}}$$

Equação 1

Para um nível de significância de 90%, temos o valor da estatística  $t$  é 1.65. Sendo assim, caso os valores obtidos nas ações por meio da equação 1 sejam maiores, em módulo, do que 1.65 rejeita-se a hipótese nula. Todavia, caso sejam menores, não se rejeita a hipótese nula.

Assim, ações cuja estatística  $t$  seja maior, em módulo, do que 1.65 implicam, para um nível de significância de 90%, que as médias dos dois grupos são estatisticamente diferentes, permitindo uma análise sobre o método de escolha dos ministros a partir de seus votos.

#### 4. Resultados

A partir da comparação dos períodos, pode-se verificar que os ministros indicados pelo Presidente Lula passaram de minoria à maioria na composição da Corte, observação relevante para a análise uma vez que as decisões do tribunal são tomadas com base na maioria dos votos. A tabela 1 demonstra essa consideração e especifica as datas desses períodos. Importante destacar que cada período é quantitativamente diferente, o que resulta num número de observações divergente em cada um.

**Tabela 1- Nomeação presidencial dos ministros**

Período	Data	Número de ministros indicados pelo Presidente Lula	Número de ministros indicados pelos demais Presidentes	Número de ações
I	20/06/2002 a 25/06/2003	0	11	167
II	25/06/2003 a 30/06/2004	3	8	91
III	30/06/2004 a 16/03/2006	4	7	132
IV	16/03/2006 a 21/06/2006	5	6	22
V	21/06/2006 a 05/09/2007	6	5	154
VI	05/09/2007 a 23/10/2009	7	4	103

Fonte: elaboração própria.

Tal verificação permite algumas conclusões quando confrontada com a porcentagem de resultados das ações assim como com a porcentagem de ações em que houve unanimidade no julgamento. A tabela 2 especifica estes dados, para possibilitar uma conclusão.



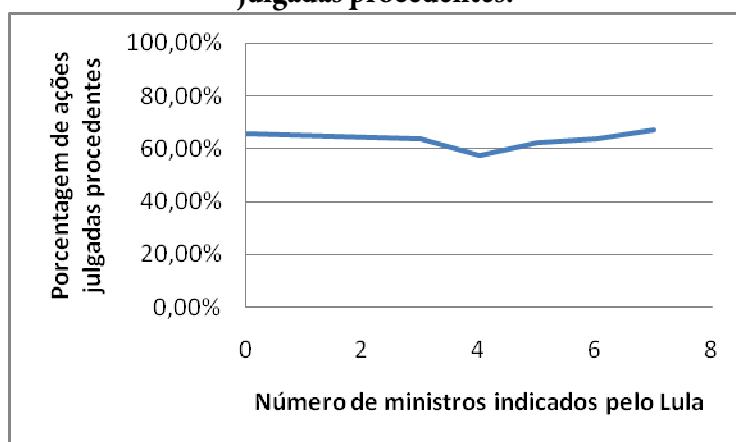
**Tabela 2 – Porcentagem de ações conforme o resultado ou divergência na decisão**

Período	Número total de observações	% ações julgados procedentes	% ações julgados improcedentes	% ações julgados parcialmente procedentes	% ações decididos de forma unânime	% ações em que houve divergência nos votos
I	167	65,87%	22,76%	11,38%	83,23%	16,77%
II	94	63,83%	23,4%	12,77%	76,6%	23,4%
III	131	57,25%	30,53%	12,21%	63,36%	36,64%
IV	24	62,5%	33,34%	4,17%	62,5%	37,5%
V	152	63,82%	25,66%	10,53%	71,71%	28,29%
VI	101	67,33%	20,79%	11,88%	66,34%	33,66%
Média	111,5	63,43%	26,08%	10,49%	70,62%	29,38%
Desvio Padrão	51,33	3,48%	4,88%	3,19%	8,16%	8,16%

Fonte: elaboração própria.

Conforme se verifica na tabela os desvios padrões das porcentagens quanto ao resultado final é relativamente pequeno, o que leva a conclusão de que não houve alteração significativa quanto à quantidade de resultados das ações durante os períodos, o que indica que o aumento de ministros indicados pelo Presidente Lula não teve influência sobre essa quantidade, conforme mostram o gráfico 1, abaixo.

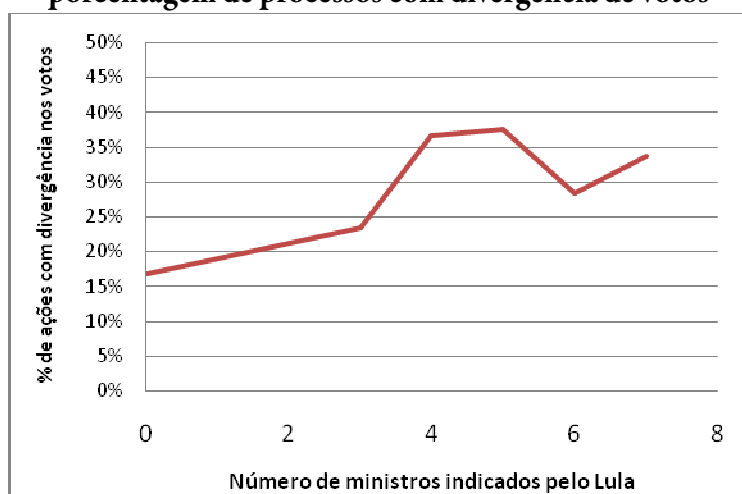
**Gráfico 1 – Relação entre o número de ministros indicados pelo Lula e a porcentagem de ações julgadas procedentes.**



Fonte: elaboração própria.

Contudo, com relação ao número de ações julgadas de forma unânime ou em que houve a presença de divergência nos votos, observa-se um maior desvio padrão em relação à média, o que sugere uma relação entre o número de ministros indicados pelo Lula e o número de ações com divergência de votos na Corte. Tal relação está expressa no gráfico 2:

**Gráfico 2 - Relação entre número de ministros nomeados pelo Presidente Lula e a porcentagem de processos com divergência de votos**



Fonte: elaboração própria

De acordo com este gráfico, infere-se que a porcentagem de divergência na Corte aumentou na medida em que o número de ministros nomeados pelo Presidente Lula cresceu, atingindo seu pico no caso em que o grupo de nomeados pelo Presidente Lula contava com cinco integrantes e o grupo dos nomeados pelos demais Presidentes totalizava seis ministros. Quando o primeiro grupo atingiu a maioria na Corte, a porcentagem de divergências decaiu.

Tal relação não permite afirmar que a indicação presidencial tem influência nas decisões, pois esta pode ser decorrente somente de aspectos jurídicos das ações e não necessariamente de influência política. Entretanto, é fato que a indicação de novos ministros pelo representante de um partido com ideologias diversas dos anteriores, contribuiu para a presença de uma maior discussão e divergência na Corte.

A segunda parte da análise, que corresponde ao estudo dos votos dos ministros e que considerou os cinco períodos em que é possível a subdivisão entre os grupos dos indicados pelo Presidente Lula e os indicados pelos demais Presidentes, por meio da aplicação do teste estatístico descrito anteriormente, tem seus principais resultados descritos na tabela abaixo:

**Tabela 3 – Resultado do teste t**

Casos	Valor do teste t	Número de casos	Porcentagem
Unanimidades	Não é calculado	347	69,12%
Divergências não significativas	$-1.65 \leq t \leq 1.65$	143	28,5%
Divergências significativas	$t > 1.65$	12	2,39%

Fonte: Elaboração própria.

Para os casos julgados de maneira unânime, o teste t não pode ser calculado. Contudo, por si só, esse é um resultado interessante. Dentre as analisadas, 347 ações diretas de inconstitucionalidade, o que corresponde a 69,12% das ações em questão, foram decididas de forma absolutamente unânime. Tal dado, por si só, já mostra o alto grau de consenso entre os ministros.

Contudo, os casos em que há concordância na Corte podem ser estendidos para incluir não somente os casos julgados de maneira unânime, mas também aqueles casos em que o nível de discordância é relativamente baixo, com o objetivo de, assim, se proceder com a análise do grau de consenso da Corte. Para tanto, utilizou-se uma estimativa.

Para determinar esses níveis de discordância deve-se considerar o número de ministros que discordam da maioria assim como o peso que este voto diferente tem na Corte, uma vez que em muitos casos alguns ministros se encontram ausentes do julgamento. Assim, procedeu ao cálculo de um índice denominado de peso da divergência. Este valor corresponde ao número de votos divergentes em um determinado julgamento multiplicado pelo peso desses votos na Corte.

Trata-se apenas de um critério escolhido para determinar, nas ações analisadas, o nível de divergência nas decisões. Aplicando este índice em todos os casos em que há divergência, tem-se que 109 das 155 decisões em que houve divergência podem ser consideradas como decididas de forma consensual ou praticamente unânime.

O número de ações em que há consenso na Corte corresponde, portanto, à soma das ações decididas de modo unânime às ações em que há pouca divergência, conforme o critério adotado, resultando no valor de 456 ações, ou seja, 90,84% das ações analisadas. Isto é, o julgamento de mais de 90% das ADI em análise foi caracterizado pelo consenso na Corte.

Algumas suposições podem ser feitas para explicar este dado extremamente alto. A primeira seria a hipótese de que a maioria dos casos trazidos ao STF trata de meras questões formais sem demasiada relevância ou, ainda, trata de questões de mérito em que a Corte já se pronunciou em casos similares. Pode se sustentar também que, nestes casos, os ministros seguem estritamente a lei, sem observar suas preferências individuais ou o caso concreto.

Contudo, nesta última hipótese, assume-se, implicitamente, tratar-se de casos simples, de fácil determinação, isto é, situações em que a lei se encontra clara, ou, que o entendimento da Corte não é passível de controvérsia. Entretanto as leis e a Constituição nem sempre são claras ou têm imediata e precisa aplicação, caracterizando a atividade jurisdicional, muitas vezes, justamente, pela função de interpretar as leis do país. Ademais, questões de cunho político também podem ser suscitadas, isto é, o consenso pode ser resultado de troca de votos entre os ministros ou de um acordo mútuo de se acompanhar o voto do relator nos casos.

Quanto às decisões em que houve divergência, conforme a tabela 3, verifica-se que em somente 12 das ações analisadas, isto é, 30,9% dos casos em que houve divergência, a média dos votos dos ministros indicados pelo Presidente Lula divergiu significativamente dos votos dos ministros indicados pelos demais Presidentes. Percentual considerado baixo dada a magnitude das implicações teóricas do método de escolha dos ministros, conforme exposto. Contudo não é um percentual de todo inesperado considerando-se o dado anterior sobre o consenso da Corte e as possíveis razões deste.

Conforme ressaltado, os dados não permitem uma quantificação precisa da independência do Poder Judiciário ou da influência dos demais poderes sobre o STF, dada a configuração do método de escolha, uma vez que essas divergências podem ocorrer simplesmente devido a questões de interpretação e não à efetiva influência de questões políticas.

Desta maneira, procedeu-se à análise qualitativa dos 12 casos destacados pelo teste aplicado, visando verificar qual era o interesse do governo em cada um deles e a possibilidade de alguma inferência sobre a influência política nos grupos. As ações, a data de seu último julgamento, a média de cada grupo e o resultado do teste estão explicitados na tabela abaixo.

**Tabela 4 – Relação de ações com o valor do teste t significativo**

ADI	Data	Média do grupo Indicado pelo Presidente Lula	Média do grupo indicado pelos demais Presidentes	Valor do teste t
ADI 1442	03/11/2004	0	0,43	-2,12
ADI 2931	24/02/2005	1	0,57	2,12
ADI 3367	13/04/2005	0	0,57	-2,83
ADI 2938	09/06/2005	1	0,43	2,83
ADI 3573	01/12/2005	0,75	0,14	2,29
ADI 3590	15/02/2006	0,67	0	2,31
ADI 2672	22/06/2006	0	0,6	-2,45
ADI 2990	18/04/2007	0,5	0	2,24
ADI 3112	02/05/2007	0,84	0,25	1,94
ADI 3819	24/10/2007	1	0,34	2
ADI 2682	12/02/2009	1	0,34	2
ADI 1194	20/05/2009	1	0,25	4,58

Fonte: Elaboração própria.

A maioria das ações ou trata de questões formais, de disputas entre interesses privados, em que não é possível determinar o interesse do governo, ou tem como parte o Poder Executivo Estadual, nas quais, mesmo que seja possível determinar o interesse do governo, não é possível auferir relevância para o estudo, pois os ministros são escolhidos pelo Poder Executivo Federal.

Quanto às ações que dizem respeito ao Poder Executivo Federal, somente a análise da ADI 1442 é passível de conclusão, muito embora trate de uma questão formal. A divergência se deu quanto à admissão ou não da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no processo. Esta não se configura como confederação sindical ou entidade de classe, partes legítimas para a propositura de uma ADI, contudo é uma conhecida entidade relacionada a estes interesses sindicais. Trata-se de entidade extremamente relacionada ao partido político ao qual se filia o Presidente Lula.

Ao contrário do que seria esperado caso o método de escolha dos ministros fosse razão de uma influência do Executivo no Judiciário, os ministros nomeados pelo Presidente Lula votaram pelo não conhecimento da CUT como parte legítima do processo, enquanto 3 dos 8 ministros do grupo dos não nomeados pelo Lula votaram ao contrário. Não caracterizando, no caso específico, qualquer influência de um Poder sobre o outro.

Conclui-se, desta maneira, a partir dos dados utilizados e da metodologia aplicada, que não há evidência empírica suficiente que sustente que o método de escolha dos ministros do STF, caracterizado pela indicação presidencial, implique necessariamente e efetivamente uma influência do Poder Executivo sobre o Judiciário, comprometendo, por este mecanismo, a independência deste último.

## 5. Conclusão

No período analisado, junho de 2002 a outubro de 2009, em que houve um aumento gradual do número de ministros indicados pelo presidente Lula na composição do STF, verifica-se que houve um aumento também do número de casos julgados com presença de divergência de votos na Corte.

Contudo, dois outros resultados interessantes foram encontrados. O primeiro diz respeito ao elevado grau de decisões consensuais na Corte, mais de 90%, conforme estimativa realizada. O segundo consiste na existência de 12 casos em que há significativa divergência entre os votos dos

ministros indicados pelo Presidente Lula e os votos dos ministros indicados pelos demais Presidentes.

A análise dos casos destacados permitiu concluir que não há evidência empírica significativa suficiente de que o método de escolha dos ministros do STF constitui fator de influência nas decisões da Corte. Este método, no âmbito prático, não compromete a independência do Poder Judiciário, pelos dados e metodologias utilizados.

## Referências

- Baum, L. (1987) *A Suprema Corte Americana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- Castro Júnior, O. A. (2004) *Introdução ao direito e desenvolvimento – Estudo comparado para a reforma do sistema judicial*. Brasília: OAB Editora.
- Chaves, A. P. (2009) Análise comparativa dos sistemas judiciários brasileiro e norte-americano. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região* v.21 (8), pp. 65-68.
- Clève, C. M. (1993) *Temas de Direito Constitucional*. São Paulo: Acadêmica.
- Duarte, F. & Godinho, M. (2007) Notas sobre a Suprema Corte norte-americana. *Revista da SJRJ* n. 20, pp. 41-59.
- Gomes, L. F. (1997) *A dimensão da magistratura no Estado constitucional e democrático de direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Moraes, A. (2008) *Direito Constitucional*, (23ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Oliveira, M. V. A. (2000) Garantias da magistratura e independência do Judiciário. *Themis: Revista da ESMEC* v.3 (1), pp. 277-289.
- Snyder, S.K & Weingast, B.R. (2000) The American System of Shared Powers: the President, Congress, and the NLRB. *The Journal of Law, Economics and Organization* v.16 (2), pp. 269-305.

**ANEXO 1 – Ações Diretas de Inconstitucionalidade analisadas**

Período I - 20/06/2002 a 25/06/2003

<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>
<b>ADI 2335</b>	11/06/2003	<b>ADI 1487</b>	12/02/2003	<b>ADI 2580</b>	26/09/2002
<b>ADI 2728</b>	28/05/2003	<b>ADI 1444</b>	12/02/2003	<b>ADI 80</b>	25/09/2002
<b>ADI 1624</b>	08/05/2003	<b>ADI 1573</b>	12/02/2003	<b>ADI 1274</b>	11/09/2002
<b>ADI 2652</b>	08/05/2003	<b>ADI 508</b>	12/02/2003	<b>ADI 2150</b>	11/09/2002
<b>ADI 2327</b>	08/05/2003	<b>ADI 1467</b>	12/02/2003	<b>ADI 244</b>	11/09/2002
<b>ADI 2738</b>	08/05/2003	<b>ADI 1515</b>	12/02/2003	<b>ADI 461</b>	06/09/2002
<b>ADI 2656</b>	08/05/2003	<b>ADI 1002</b>	06/02/2003	<b>ADI 371</b>	05/09/2002
<b>ADI 2396</b>	08/05/2003	<b>ADI 1072</b>	06/02/2003	<b>ADI 1438</b>	05/09/2002
<b>ADI 132</b>	30/04/2003	<b>ADI 1222</b>	06/02/2003	<b>ADI 1848</b>	05/09/2002
<b>ADI 1539</b>	24/04/2003	<b>ADI 342</b>	06/02/2003	<b>ADI 1106</b>	05/09/2002
<b>ADI 2334</b>	24/04/2003	<b>ADI 990</b>	06/02/2003	<b>ADI 1218</b>	05/09/2002
<b>ADI 2576</b>	24/04/2003	<b>ADI 887</b>	06/02/2003	<b>ADI 1472</b>	05/09/2002
<b>ADI 2585</b>	24/04/2003	<b>ADI 960</b>	06/02/2003	<b>ADI 1166</b>	05/09/2002
<b>ADI 2592</b>	23/04/2003	<b>ADI 1691</b>	05/02/2003	<b>ADI 1541</b>	05/09/2002
<b>ADI 2458</b>	23/04/2003	<b>ADI 1730</b>	05/02/2003	<b>ADI 1131</b>	04/09/2002
<b>ADI 2710</b>	23/04/2003	<b>ADI 1857</b>	05/02/2003	<b>ADI 1948</b>	04/09/2002
<b>ADI 2806</b>	23/04/2003	<b>ADI 1677</b>	03/02/2003	<b>ADI 425</b>	04/09/2002
<b>ADI 2448</b>	23/04/2003	<b>ADI 1140</b>	03/02/2003	<b>ADI 1141</b>	29/08/2002
<b>ADI 2157</b>	10/04/2003	<b>ADI 1592</b>	03/02/2003	<b>ADI 1323</b>	29/08/2002
<b>ADI 1919</b>	07/04/2003	<b>ADI 1901</b>	03/02/2003	<b>ADI 1026</b>	29/08/2002
<b>ADI 2754</b>	03/04/2003	<b>ADI 2713</b>	18/12/2002	<b>ADI 1935</b>	29/08/2002
<b>ADI 2577</b>	03/04/2003	<b>ADI 2726</b>	05/12/2002	<b>ADI 550</b>	29/08/2002
<b>ADI 180</b>	03/04/2003	<b>ADI 368</b>	05/12/2002	<b>ADI 852</b>	29/08/2002
<b>ADI 1667</b>	03/04/2003	<b>ADI 1643</b>	05/12/2002	<b>ADI 1276</b>	29/08/2002
<b>ADI 229</b>	03/04/2003	<b>ADI 2606</b>	21/11/2002	<b>ADI 2631</b>	29/08/2002
<b>ADI 1946</b>	03/04/2003	<b>ADI 1201</b>	14/11/2002	<b>ADI 1464</b>	28/08/2002
<b>ADI 2695</b>	03/04/2003	<b>ADI 208</b>	14/11/2002	<b>ADI 452</b>	28/08/2002
<b>ADI 2068</b>	03/04/2003	<b>ADI 261</b>	14/11/2002	<b>ADI 703</b>	28/08/2002
<b>ADI 2555</b>	03/04/2003	<b>ADI 785</b>	13/11/2002	<b>ADI 217</b>	28/08/2002
<b>ADI 2054</b>	02/04/2003	<b>ADI 1179</b>	13/11/2002	<b>ADI 872</b>	28/08/2002
<b>ADI 1239</b>	26/03/2003	<b>ADI 2439</b>	13/11/2002	<b>ADI 743</b>	28/08/2002
<b>ADI 2646</b>	20/03/2003	<b>ADI 738</b>	13/11/2002	<b>ADI 1359</b>	21/08/2002
<b>ADI 1353</b>	20/03/2003	<b>ADI 678</b>	13/11/2002	<b>ADI 1852</b>	21/08/2002
<b>ADI 2720</b>	20/03/2003	<b>ADI 1847</b>	07/11/2002	<b>ADI 1936</b>	21/08/2002
<b>ADI 749</b>	20/03/2003	<b>ADI 1498</b>	07/11/2002	<b>ADI 48</b>	21/08/2002
<b>ADI 2719</b>	20/03/2003	<b>ADI 1717</b>	07/11/2002	<b>ADI 1731</b>	15/08/2002
<b>ADI 2731</b>	20/03/2003	<b>ADI 857</b>	31/10/2002	<b>ADI 250</b>	15/08/2002
<b>ADI 2742</b>	20/03/2003	<b>ADI 303</b>	24/10/2002	<b>ADI 196</b>	15/08/2002
<b>ADI 1345</b>	20/03/2003	<b>ADI 551</b>	24/10/2002	<b>ADI 1618</b>	15/08/2002

<b>ADI 2687</b>	20/03/2003	<b>ADI 1878</b>	23/10/2002	<b>ADI 2076</b>	15/08/2002
<b>ADI 2596</b>	19/03/2003	<b>ADI 305</b>	10/10/2002	<b>ADI 1001</b>	08/08/2002
<b>ADI 953</b>	19/03/2003	<b>ADI 106</b>	10/10/2002	<b>ADI 651</b>	08/08/2002
<b>ADI 2582</b>	19/03/2003	<b>ADI 1670</b>	10/10/2002	<b>ADI 895</b>	08/08/2002
<b>ADI 1955</b>	19/03/2003	<b>ADI 1416</b>	10/10/2002	<b>ADI 843</b>	08/08/2002
<b>ADI 2569</b>	19/03/2003	<b>ADI 2031</b>	03/10/2002	<b>ADI 102</b>	08/08/2002
<b>ADI 1977</b>	19/03/2003	<b>ADI 2336</b>	03/10/2002	<b>ADI 2267</b>	07/08/2002
<b>ADI 1837</b>	19/03/2003	<b>ADI 1145</b>	03/10/2002	<b>ADI 2275</b>	07/08/2002
<b>ADI 1172</b>	19/03/2003	<b>ADI 1170</b>	03/10/2002	<b>ADI 1582</b>	07/08/2002
<b>ADI 2209</b>	19/03/2003	<b>ADI 2666</b>	03/10/2002	<b>ADI 1841</b>	01/08/2002
<b>ADI 2474</b>	19/03/2003	<b>ADI 322</b>	03/10/2002	<b>ADI 1704</b>	01/08/2002
<b>ADI 2714</b>	13/03/2003	<b>ADI 656</b>	03/10/2002	<b>ADI 601</b>	01/08/2002
<b>ADI 1689</b>	12/03/2003	<b>ADI 56</b>	03/10/2002	<b>ADI 770</b>	01/07/2002
<b>ADI 1586</b>	27/02/2003	<b>ADI 2574</b>	02/10/2002	<b>ADI 260</b>	01/07/2002
<b>ADI 2753</b>	26/02/2003	<b>ADI 2482</b>	02/10/2002	<b>ADI 470</b>	01/07/2002
<b>ADI 2393</b>	13/02/2003	<b>ADI 1227</b>	02/10/2002	<b>ADI 403</b>	01/07/2002
<b>ADI 1223</b>	12/02/2003	<b>ADI 456</b>	02/10/2002		

Fonte: [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)

Período II - 25/06/2003 a 30/06/2004

<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>
<b>ADI 1921</b>	23/06/2004	<b>ADI 2328</b>	17/03/2004	<b>ADI 2814</b>	15/10/2003
<b>ADI 2020</b>	09/06/2004	<b>ADI 1998</b>	17/03/2004	<b>ADI 1221</b>	09/10/2003
<b>ADI 2982</b>	09/06/2004	<b>ADI 1304</b>	11/03/2004	<b>ADI 2802</b>	09/10/2003
<b>ADI 2229</b>	09/06/2004	<b>ADI 1281</b>	11/03/2004	<b>ADI 2705</b>	09/10/2003
<b>ADI 2868</b>	02/06/2004	<b>ADI 2197</b>	10/03/2004	<b>ADI 2689</b>	09/10/2003
<b>ADI 396</b>	27/05/2004	<b>ADI 752</b>	04/03/2004	<b>ADI 2812</b>	09/10/2003
<b>ADI 2093</b>	27/05/2004	<b>ADI 2988</b>	04/03/2004	<b>ADI 463</b>	09/10/2003
<b>ADI 1954</b>	27/05/2004	<b>ADI 2711</b>	04/03/2004	<b>ADI 2655</b>	09/10/2003
<b>ADI 2378</b>	19/05/2004	<b>ADI 1695</b>	03/03/2004	<b>ADI 2815</b>	08/10/2003
<b>ADI 3131</b>	19/05/2004	<b>ADI 1654</b>	03/03/2004	<b>ADI 1679</b>	08/10/2003
<b>ADI 2208</b>	19/05/2004	<b>ADI 2050</b>	03/03/2004	<b>ADI 2564</b>	08/10/2003
<b>ADI 1481</b>	14/05/2004	<b>ADI 1399</b>	03/03/2004	<b>ADI 2653</b>	08/10/2003
<b>ADI 1553</b>	13/05/2004	<b>ADI 1655</b>	03/03/2004	<b>ADI 2212</b>	02/10/2003
<b>ADI 1893</b>	12/05/2004	<b>ADI 2881</b>	19/02/2004	<b>ADI 2809</b>	25/09/2003
<b>ADI 1308</b>	12/05/2004	<b>ADI 882</b>	19/02/2004	<b>ADI 2201</b>	24/09/2003
<b>ADI 2994</b>	12/05/2004	<b>ADI 2987</b>	19/02/2004	<b>ADI 2724</b>	24/09/2003
<b>ADI 1328</b>	12/05/2004	<b>ADI 2939</b>	19/02/2004	<b>ADI 2863</b>	11/09/2003
<b>ADI 2079</b>	29/04/2004	<b>ADI 2892</b>	19/02/2004	<b>ADI 890</b>	11/09/2003
<b>ADI 2979</b>	15/04/2004	<b>ADI 1570</b>	12/02/2004	<b>ADI 2417</b>	03/09/2003
<b>ADI 3046</b>	15/04/2004	<b>ADI 2967</b>	12/02/2004	<b>ADI 2874</b>	28/08/2003
<b>ADI 762</b>	01/04/2004	<b>ADI 2951</b>	05/02/2004	<b>ADI 1681</b>	21/08/2003
<b>ADI 544</b>	01/04/2004	<b>ADI 2632</b>	05/02/2004	<b>ADI 2748</b>	21/08/2003
<b>ADI 2424</b>	01/04/2004	<b>ADI 2887</b>	04/02/2004	<b>ADI 2579</b>	21/08/2003

<b>ADI 329</b>	01/04/2004	<b>ADI 2660</b>	04/02/2004	<b>ADI 2741</b>	21/08/2003
<b>ADI 404</b>	01/04/2004	<b>ADI 2925</b>	19/12/2003	<b>ADI 1329</b>	20/08/2003
<b>ADI 270</b>	31/03/2004	<b>ADI 2993</b>	10/12/2003	<b>ADI 910</b>	20/08/2003
<b>ADI 1557</b>	31/03/2004	<b>ADI 1571</b>	10/12/2003	<b>ADI 2643</b>	13/08/2003
<b>ADI 2253</b>	25/03/2004	<b>ADI 1882</b>	04/12/2003	<b>ADI 2644</b>	07/08/2003
<b>ADI 134</b>	25/03/2004	<b>ADI 2867</b>	03/12/2003	<b>ADI 2721</b>	06/08/2003
<b>ADI 2350</b>	25/03/2004	<b>ADI 2659</b>	03/12/2003		
<b>ADI 1649</b>	24/03/2004	<b>ADI 2702</b>	05/11/2003		

Fonte: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br)

Período III - 30/06/2004 a 16/03/2006

<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>
<b>ADI 2320</b>	15/02/2006	<b>ADI 2751</b>	31/08/2005	<b>ADI 3177</b>	02/03/2005
<b>ADI 3590</b>	15/02/2006	<b>ADI 2349</b>	31/08/2005	<b>ADI 1350</b>	24/02/2005
<b>ADI 2283</b>	15/02/2006	<b>ADI 3114</b>	24/08/2005	<b>ADI 3030</b>	24/02/2005
<b>ADI 2707</b>	15/02/2006	<b>ADI 3459</b>	24/08/2005	<b>ADI 2420</b>	24/02/2005
<b>ADI 2269</b>	15/02/2006	<b>ADI 2170</b>	17/08/2005	<b>ADI 2931</b>	24/02/2005
<b>ADI 2619</b>	15/02/2006	<b>ADI 3045</b>	10/08/2005	<b>ADI 1475</b>	24/02/2005
<b>ADI 554</b>	15/02/2006	<b>ADI 397</b>	03/08/2005	<b>ADI 2983</b>	23/02/2005
<b>ADI 2302</b>	15/02/2006	<b>ADI 3244</b>	30/06/2005	<b>ADI 3085</b>	17/02/2005
<b>ADI 2278</b>	15/02/2006	<b>ADI 3332</b>	30/06/2005	<b>ADI 3339</b>	02/02/2005
<b>ADI 3512</b>	15/02/2006	<b>ADI 3051</b>	30/06/2005	<b>ADI 2895</b>	02/02/2005
<b>ADI 559</b>	15/02/2006	<b>ADI 2514</b>	29/06/2005	<b>ADI 246</b>	16/12/2004
<b>ADI 3132</b>	15/02/2006	<b>ADI 3376</b>	16/06/2005	<b>ADI 3324</b>	16/12/2004
<b>ADI 2638</b>	15/02/2006	<b>ADI 2938</b>	09/06/2005	<b>ADI 2884</b>	02/12/2004
<b>ADI 2639</b>	08/02/2006	<b>ADI 3151</b>	08/06/2005	<b>ADI 2587</b>	01/12/2004
<b>ADI 3000</b>	19/12/2005	<b>ADI 3276</b>	02/06/2005	<b>ADI 1505</b>	24/11/2004
<b>ADI 3490</b>	19/12/2005	<b>ADI 639</b>	02/06/2005	<b>ADI 951</b>	18/11/2004
<b>ADI 3438</b>	19/12/2005	<b>ADI 2461</b>	12/05/2005	<b>ADI 1879</b>	17/11/2004
<b>ADI 1231</b>	15/12/2005	<b>ADI 3289</b>	05/05/2005	<b>ADI 3149</b>	17/11/2004
<b>ADI 1470</b>	14/12/2005	<b>ADI 3353</b>	14/04/2005	<b>ADI 1040</b>	11/11/2004
<b>ADI 2903</b>	01/12/2005	<b>ADI 3206</b>	14/04/2005	<b>ADI 3210</b>	11/11/2004
<b>ADI 3573</b>	01/12/2005	<b>ADI 3367</b>	13/04/2005	<b>ADI 3053</b>	11/11/2004
<b>ADI 2924</b>	30/11/2005	<b>ADI 2052</b>	06/04/2005	<b>ADI 1758</b>	10/11/2004
<b>ADI 1182</b>	24/11/2005	<b>ADI 3035</b>	06/04/2005	<b>ADI 1991</b>	03/11/2004
<b>ADI 3055</b>	24/11/2005	<b>ADI 3267</b>	06/04/2005	<b>ADI 1442</b>	03/11/2004
<b>ADI 3522</b>	24/11/2005	<b>ADI 2718</b>	06/04/2005	<b>ADI 2763</b>	28/10/2004
<b>ADI 3069</b>	24/11/2005	<b>ADI 2750</b>	06/04/2005	<b>ADI 2851</b>	28/10/2004
<b>ADI 3098</b>	24/11/2005	<b>ADI 2257</b>	06/04/2005	<b>ADI 2665</b>	27/10/2004
<b>ADI 2602</b>	24/11/2005	<b>ADI 2966</b>	06/04/2005	<b>ADI 3224</b>	13/10/2004
<b>ADI 2836</b>	17/11/2005	<b>ADI 1266</b>	06/04/2005	<b>ADI 2670</b>	13/10/2004
<b>ADI 3254</b>	16/11/2005	<b>ADI 2819</b>	06/04/2005	<b>ADI 2374</b>	06/10/2004
<b>ADI 2796</b>	16/11/2005	<b>ADI 1245</b>	06/04/2005	<b>ADI 1267</b>	30/09/2004
<b>ADI 3444</b>	16/11/2005	<b>ADI 3054</b>	06/04/2005	<b>ADI 100</b>	09/09/2004



<b>ADI 3186</b>	16/11/2005	<b>ADI 3258</b>	06/04/2005	<b>ADI 2103</b>	09/09/2004
<b>ADI 3259</b>	16/11/2005	<b>ADI 3273</b>	16/03/2005	<b>ADI 637</b>	25/08/2004
<b>ADI 1950</b>	03/11/2005	<b>ADI 3366</b>	16/03/2005	<b>ADI 3068</b>	25/08/2004
<b>ADI 3340</b>	03/11/2005	<b>ADI 2816</b>	09/03/2005	<b>ADI 3128</b>	18/08/2004
<b>ADI 2249</b>	26/10/2005	<b>ADI 3323</b>	09/03/2005	<b>ADI 3105</b>	18/08/2004
<b>ADI 2733</b>	26/10/2005	<b>ADI 2432</b>	09/03/2005	<b>ADI 2159</b>	12/08/2004
<b>ADI 3361</b>	06/10/2005	<b>ADI 2928</b>	09/03/2005	<b>ADI 2847</b>	05/08/2004
<b>ADI 2959</b>	06/10/2005	<b>ADI 1985</b>	03/03/2005	<b>ADI 1175</b>	04/08/2004
<b>ADI 2797</b>	15/09/2005	<b>ADI 1589</b>	03/03/2005	<b>ADI 2597</b>	04/08/2004
<b>ADI 3443</b>	08/09/2005	<b>ADI 2948</b>	03/03/2005	<b>ADI 3022</b>	02/08/2004
<b>ADI 3338</b>	31/08/2005	<b>ADI 1124</b>	02/03/2005	<b>ADI 692</b>	02/08/2004
<b>ADI 1007</b>	31/08/2005	<b>ADI 2804</b>	02/03/2005	<b>ADI 3080</b>	02/08/2004

Fonte: www.stf.jus.br

Período IV - 16/03/2006 a 21/06/2006

<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>
<b>ADI 2522</b>	08/06/2006	<b>ADI 1994</b>	24/05/2006	<b>ADI 2129</b>	26/04/2006
<b>ADI 3026</b>	08/06/2006	<b>ADI 3146</b>	11/05/2006	<b>ADI 2970</b>	20/04/2006
<b>ADI 3168</b>	08/06/2006	<b>ADI 3401</b>	26/04/2006	<b>ADI 3246</b>	19/04/2006
<b>ADI 2690</b>	07/06/2006	<b>ADI 955</b>	26/04/2006	<b>ADI 1199</b>	05/04/2006
<b>ADI 2591</b>	07/06/2006	<b>ADI 3227</b>	26/04/2006	<b>ADI 3061</b>	05/04/2006
<b>ADI 3103</b>	01/06/2006	<b>ADI 2059</b>	26/04/2006	<b>ADI 3685</b>	22/03/2006
<b>ADI 3645</b>	31/05/2006	<b>ADI 2494</b>	26/04/2006		
<b>ADI 3192</b>	24/05/2006	<b>ADI 3043</b>	26/04/2006		

Fonte: www.stf.jus.br

Período V - 21/06/2006 a 05/09/2007

<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>
<b>ADI 2487</b>	30/08/2007	<b>ADI 3298</b>	10/05/2007	<b>ADI 3016</b>	18/10/2006
<b>ADI 3525</b>	30/08/2007	<b>ADI 1881</b>	10/05/2007	<b>ADI 2885</b>	18/10/2006
<b>ADI 2857</b>	30/08/2007	<b>ADI 3689</b>	10/05/2007	<b>ADI 1770</b>	11/10/2006
<b>ADI 3362</b>	30/08/2007	<b>ADI 541</b>	10/05/2007	<b>ADI 1721</b>	11/10/2006
<b>ADI 3691</b>	29/08/2007	<b>ADI 3682</b>	09/05/2007	<b>ADI 3190</b>	05/10/2006
<b>ADI 2950</b>	29/08/2007	<b>ADI 2240</b>	09/05/2007	<b>ADI 3441</b>	05/10/2006
<b>ADI 2581</b>	16/08/2007	<b>ADI 2395</b>	09/05/2007	<b>ADI 3521</b>	28/09/2006
<b>ADI 1448</b>	16/08/2007	<b>ADI 3489</b>	09/05/2007	<b>ADI 3178</b>	27/09/2006
<b>ADI 3706</b>	15/08/2007	<b>ADI 3316</b>	09/05/2007	<b>ADI 3303</b>	27/09/2006
<b>ADI 1864</b>	08/08/2007	<b>ADI 3060</b>	03/05/2007	<b>ADI 969</b>	27/09/2006
<b>ADI 1895</b>	02/08/2007	<b>ADI 2024</b>	03/05/2007	<b>ADI 2280</b>	27/09/2006
<b>ADI 776</b>	02/08/2007	<b>ADI 3112</b>	02/05/2007	<b>ADI 2359</b>	27/09/2006
<b>ADI 423</b>	02/08/2007	<b>ADI 1917</b>	26/04/2007	<b>ADI 3491</b>	27/09/2006
<b>ADI 3582</b>	01/08/2007	<b>ADI 2990</b>	18/04/2007	<b>ADI 1750</b>	20/09/2006
<b>ADI 1969</b>	28/06/2007	<b>ADI 2464</b>	11/04/2007	<b>ADI 3694</b>	20/09/2006
<b>ADI 3508</b>	27/08/2007	<b>ADI 3277</b>	02/04/2007	<b>ADI 347</b>	20/09/2006

<b>ADI 3756</b>	21/06/2007	<b>ADI 3670</b>	02/04/2007	<b>ADI 3445</b>	13/09/2006
<b>ADI 1454</b>	20/06/2007	<b>ADI 3394</b>	02/04/2007	<b>ADI 3305</b>	13/09/2006
<b>ADI 3251</b>	18/06/2007	<b>ADI 2480</b>	02/04/2007	<b>ADI 3460</b>	31/08/2006
<b>ADI 3403</b>	18/06/2007	<b>ADI 3569</b>	02/04/2007	<b>ADI 3615</b>	30/08/2006
<b>ADI 3669</b>	18/06/2007	<b>ADI 3260</b>	29/03/2007	<b>ADI 453</b>	30/08/2006
<b>ADI 1719</b>	18/06/2007	<b>ADI 2969</b>	29/03/2007	<b>ADI 2883</b>	30/08/2006
<b>ADI 3679</b>	18/06/2007	<b>ADI 1074</b>	28/03/2007	<b>ADI 2427</b>	30/08/2006
<b>ADI 3167</b>	18/06/2007	<b>ADI 1922</b>	28/03/2007	<b>ADI 3603</b>	30/08/2006
<b>ADI 2529</b>	14/06/2007	<b>ADI 1976</b>	28/03/2007	<b>ADI 2760</b>	30/08/2006
<b>ADI 15</b>	14/06/2007	<b>ADI 3426</b>	22/03/2007	<b>ADI 2808</b>	24/08/2006
<b>ADI 3776</b>	14/06/2007	<b>ADI 820</b>	15/03/2007	<b>ADI 1920</b>	23/08/2006
<b>ADI 3809</b>	14/06/2007	<b>ADI 682</b>	08/03/2007	<b>ADI 603</b>	17/08/2006
<b>ADI 1800</b>	11/06/2007	<b>ADI 3566</b>	15/02/2007	<b>ADI 1144</b>	16/08/2006
<b>ADI 3688</b>	11/06/2007	<b>ADI 3710</b>	09/02/2007	<b>ADI 1136</b>	16/08/2006
<b>ADI 3381</b>	06/06/2007	<b>ADI 125</b>	09/02/2007	<b>ADI 2391</b>	16/08/2006
<b>ADI 3831</b>	04/06/2007	<b>ADI 289</b>	09/02/2007	<b>ADI 2791</b>	16/08/2006
<b>ADI 3751</b>	04/06/2007	<b>ADI 3652</b>	19/12/2006	<b>ADI 2996</b>	10/08/2006
<b>ADI 104</b>	04/06/2007	<b>ADI 2794</b>	14/12/2006	<b>ADI 3147</b>	10/08/2006
<b>ADI 2029</b>	04/06/2007	<b>ADI 3148</b>	13/12/2006	<b>ADI 2911</b>	10/08/2006
<b>ADI 3049</b>	04/06/2007	<b>ADI 3293</b>	13/12/2006	<b>ADI 1628</b>	10/08/2006
<b>ADI 608</b>	31/05/2007	<b>ADI 3189</b>	13/12/2006	<b>ADI 3183</b>	10/08/2006
<b>ADI 2407</b>	31/05/2007	<b>ADI 2995</b>	13/12/2006	<b>ADI 3741</b>	06/08/2006
<b>ADI 2056</b>	30/05/2007	<b>ADI 3063</b>	13/12/2006	<b>ADI 1646</b>	02/08/2006
<b>ADI 3599</b>	21/05/2007	<b>ADI 1351</b>	07/12/2006	<b>ADI 3533</b>	02/08/2006
<b>ADI 1633</b>	17/05/2007	<b>ADI 3453</b>	30/11/2006	<b>ADI 2709</b>	01/08/2006
<b>ADI 3739</b>	17/05/2007	<b>ADI 3576</b>	22/11/2006	<b>ADI 3135</b>	01/08/2006
<b>ADI 3175</b>	17/05/2007	<b>ADI 2722</b>	22/11/2006	<b>ADI 3136</b>	01/08/2006
<b>ADI 3180</b>	17/05/2007	<b>ADI 3410</b>	22/11/2006	<b>ADI 3619</b>	01/08/2006
<b>ADI 395</b>	17/05/2007	<b>ADI 3429</b>	22/11/2006	<b>ADI 572</b>	28/06/2006
<b>ADI 1109</b>	16/05/2007	<b>ADI 3404</b>	16/11/2006	<b>ADI 1729</b>	28/06/2006
<b>ADI 2747</b>	16/05/2007	<b>ADI 3312</b>	16/11/2006	<b>ADI 2544</b>	28/06/2006
<b>ADI 1275</b>	16/05/2007	<b>ADI 2548</b>	10/11/2006	<b>ADI 2672</b>	22/06/2006
<b>ADI 1278</b>	16/05/2007	<b>ADI 3643</b>	08/11/2006	<b>ADI 662</b>	22/06/2006
<b>ADI 3574</b>	16/05/2007	<b>ADI 3592</b>	26/10/2006	<b>ADI 3255</b>	22/06/2006
<b>ADI 3233</b>	10/05/2007	<b>ADI 3205</b>	19/10/2006		
<b>ADI 3140</b>	10/05/2007	<b>ADI 3188</b>	18/10/2006		

Fonte: [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)

Período VI - 05/09/2007 a 23/10/2009

<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>	<b>ADI</b>	<b>Data</b>
<b>ADI 2876</b>	21/10/2009	<b>ADI 3772</b>	29/10/2008	<b>ADI 307</b>	13/02/2008
<b>ADI 3978</b>	21/10/2009	<b>ADI 3107</b>	22/10/2008	<b>ADI 3587</b>	12/12/2007
<b>ADI 3190</b>	16/09/2009	<b>ADI 3887</b>	15/10/2008	<b>ADI 2620</b>	29/11/2007
<b>ADI 3430</b>	12/08/2009	<b>ADI 3700</b>	15/10/2008	<b>ADI 1264</b>	29/11/2007

<b>ADI 1042</b>	12/08/2009	<b>ADI 3825</b>	08/10/2008	<b>ADI 3070</b>	29/11/2007
<b>ADI 2997</b>	12/08/2009	<b>ADI 173</b>	25/09/2008	<b>ADI 191</b>	29/11/2007
<b>ADI 3934</b>	27/05/2009	<b>ADI 2501</b>	04/09/2008	<b>ADI 2716</b>	29/11/2007
<b>ADI 1194</b>	20/05/2009	<b>ADI 3196</b>	21/08/2008	<b>ADI 2006</b>	22/11/2007
<b>ADI 1980</b>	16/04/2009	<b>ADI 3232</b>	14/08/2008	<b>ADI 845</b>	22/11/2007
<b>ADI 2536</b>	15/04/2009	<b>ADI 124</b>	01/08/2008	<b>ADI 2104</b>	21/11/2007
<b>ADI 1045</b>	15/04/2009	<b>ADI 2907</b>	04/06/2008	<b>ADI 64</b>	21/11/2007
<b>ADI 1914</b>	15/04/2009	<b>ADI 2875</b>	04/06/2008	<b>ADI 2912</b>	07/11/2007
<b>ADI 2102</b>	15/04/2009	<b>ADI 3896</b>	04/06/2008	<b>ADI 3442</b>	07/11/2007
<b>ADI 3601</b>	15/04/2009	<b>ADI 1594</b>	04/06/2008	<b>ADI 1593</b>	07/11/2007
<b>ADI 2904</b>	15/04/2009	<b>ADI 3895</b>	04/06/2008	<b>ADI 3778</b>	31/10/2007
<b>ADI 3644</b>	04/03/2009	<b>ADI 2192</b>	04/06/2008	<b>ADI 3720</b>	31/10/2007
<b>ADI 2801</b>	04/03/2009	<b>ADI 2649</b>	08/05/2008	<b>ADI 3160</b>	25/10/2007
<b>ADI 3897</b>	04/03/2009	<b>ADI 2832</b>	07/05/2008	<b>ADI 3819</b>	24/10/2007
<b>ADI 3555</b>	04/03/2009	<b>ADI 1706</b>	09/04/2008	<b>ADI 3104</b>	26/09/2007
<b>ADI 3625</b>	04/03/2009	<b>ADI 3378</b>	09/04/2008	<b>ADI 2873</b>	20/09/2007
<b>ADI 1578</b>	04/03/2009	<b>ADI 523</b>	03/04/2008	<b>ADI 3614</b>	20/09/2007
<b>ADI 3342</b>	04/03/2009	<b>ADI 471</b>	03/04/2008	<b>ADI 388</b>	20/09/2007
<b>ADI 2113</b>	04/03/2009	<b>ADI 1642</b>	03/04/2008	<b>ADI 3768</b>	19/09/2007
<b>ADI 3773</b>	04/03/2009	<b>ADI 2862</b>	26/03/2008	<b>ADI 13</b>	17/09/2007
<b>ADI 2447</b>	04/03/2009	<b>ADI 2999</b>	13/03/2008	<b>ADI 3729</b>	17/09/2007
<b>ADI 2682</b>	12/02/2009	<b>ADI 3660</b>	13/03/2008	<b>ADI 3647</b>	17/09/2007
<b>ADI 2980</b>	05/02/2009	<b>ADI 980</b>	06/03/2008	<b>ADI 3668</b>	17/09/2007
<b>ADI 4009</b>	04/02/2009	<b>ADI 1903</b>	06/03/2008	<b>ADI 3549</b>	17/09/2007
<b>ADI 3307</b>	02/02/2009	<b>ADI 855</b>	06/03/2008	<b>ADI 3225</b>	17/09/2007
<b>ADI 916</b>	02/02/2009	<b>ADI 3315</b>	06/03/2008	<b>ADI 3853</b>	12/09/2007
<b>ADI 328</b>	02/02/2009	<b>ADI 1348</b>	21/02/2008	<b>ADI 1461</b>	12/09/2007
<b>ADI 3857</b>	18/12/2008	<b>ADI 3583</b>	21/02/2008	<b>ADI 1863</b>	06/09/2007
<b>ADI 3817</b>	13/11/2008	<b>ADI 3458</b>	21/02/2008	<b>ADI 3389</b>	06/09/2007
<b>ADI 3999</b>	12/11/2008	<b>ADI 858</b>	13/02/2008		
<b>ADI 3464</b>	29/10/2008	<b>ADI 3089</b>	13/02/2008		

Fonte: [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)